INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 17/05 A 21/05



Sistema CNDL

CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL



CENÁRIO

A semana passada encerrou com destaque à celeridade na deliberação e votação da maioria das matérias pautadas no Plenário do Senado, Câmara pelas quais avançaram as medidas como tornar o Pronampe permanente (PL 5575/2020) e o Marco Legal das Startups (PLP 146/2019) que seguiram para sanção presidencial; o projeto que trata da Prevenção e Tratamento do Superendividamento (PL 3515/2015) que retornou para o análise final pelo Senado, o projeto do licenciamento ambiental (PL 3729/2004) e o projeto de resolução (PRC 35/2021) para alteração do regimento interno para regular o tempo de duração das sessões e o kit obstrução. Na Comissão Mista da Reforma Tributária, houve a apresentação do relatório final.

Essa semana terá diversos pontos de atenção no executivo e no Congresso Nacional. Na CPI da Pandemia as expectativas são altas para esta semana, uma vez que estão previstos os depoimentos do ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. A atuação em relação à pandemia e à vacinação foi fator determinante na saída de ambos do governo federal. Já no plenário do Senado casa, o foco permanece nos temas de saúde.

Na Câmara, não houve reunião de líderes para a definição da pauta desta semana, ficando acordado que deverão os itens remanescentes da semana anterior, e que a Medida Provisória que estabelece as regras para a privatização da Eletrobrás (MPV 1031/2021) pode vir a ser incluída na pauta. Algumas Frentes Parlamentares, como as em Defesa da Soberania Nacional e do Setor Elétrico, estão se movimentando para realizar uma mobilização nacional contra a privatização nesta semana.

Além disso, permanece a expectativa da definição por parte dos presidentes Rodrigo Pacheco, do Senado, e Arthur Lira, da Câmara, sobre qual será o rito de tramitação da

reforma tributária, e se a análise será feita de forma fatiada, como quer o governo. No fim da última semana os presidentes se reuniram com o sen. Roberto Rocha, que presidiu a Comissão Mista, que encerrou os trabalhos na última semana, e este entregou a eles o parecer aprovado pelo colegiado.

No âmbito Executivo, é noticiado que o Presidente Jair Bolsonaro está preparando, em conjunto com os Ministérios da Economia e da Infraestrutura, um pacote de medidas para os caminhoneiros, que será apresentado por etapas nas próximas semanas. As possíveis medidas, econômicas e regulatórias, contam com um voucher para amenizar os efeitos do reajuste do diesel, linhas de crédito e programa de renovação de frota, e serão implementadas por meio de Medidas Provisórias, decretos e portarias. A movimentação ocorre para que não seja desencadeada nova greve, ação que poderia comprometer a economia, especialmente no momento atual.

Ainda sobre a pauta dos combustíveis, Bolsonaro disse que avalia recorrer ao STF para definir sobre o ICMS, para obrigar que os Estados definam um valor fixo. Neste ano, o Executivo enviou ao Congresso um projeto sobre a pauta e o presidente avalia que a proposta não será aprovada.

O Governo e o Senado trabalham para que o projeto de renegociação de dívidas de empresas, chamado de Refis, seja aprovado na Casa até o fim de maio. A medida ainda não foi à pauta da Casa Alta por falta de concordância.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGUNDA-FEIRA (17)

9h - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

A CCJC atenderá à leitura do parecer do dep. Darci de Matos (PSD/SC) sobre a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) e, na sequência, fará uma sessão de homenagem ao falecido prefeito de São Paulo, Bruno Covas.



TERÇA-FEIRA (18)

13h - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

PL 7239/2010 - Acrescenta art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", para regular a interrupção da prestação de serviço público por inadimplência e inscrição de usuário inadimplente em cadastro público de devedores.
Autor: do Senado Federal - Antônio Carlos Valadares(PSB-CE)
Relatora: Fernanda Melchionna (PSOL-RS)
Posicionamento: Neutro ao parecer apresentado.

PL 537/2019 - que "dispõe sobre o Estatuto Profissional dos Trabalhadores Celetistas em Cooperativas, e dá outras providências“
RELATOR: Deputado FELIPE FRANCISCHINI.
PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
Posicionamento: Contra o Parecer e o Projeto

09h30 - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO E ENERGIA (CTASP)

REQ 44/2021 - do Sr. Alexis Fonteyne - (PL 5761/2019) - que "requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão para discutir o PL 5761 de 2019 e as repercussões nas atividades dos representantes comerciais autônomos".
Posicionamento: A Favor

PL 4579/2009 - do Sr. Dr. Pinotti - que "altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, para ampliar o prazo máximo do estágio para três

anos e para tornar obrigatória a concessão de auxílio-alimentação ao estagiário pela empresa concedente".
RELATOR: Deputado LUCAS GONZALEZ.
PARECER: pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.813/12, com Substitutivo, e pela rejeição deste, dos Projetos de Lei nºs 5.094/09, 5.262/09, 4.273/12, 4.443/12, 4.598/18, apensados, das Emendas adotadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação.
Posicionamento: A Favor do Parecer

PL 8303/2017 - do Sr. André Figueiredo - que "suprime o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".
RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.
PARECER: pela aprovação deste e do Projeto de Lei nº 2.755/19, apensado, com Substitutivo, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 11.153/18, apensado.
Posicionamento: Contrário ao Parecer; Contrário ao Projeto

PL 2317/2020 - do Sr. André Figueiredo - que "dispõe que a decretação da falência determina a rescisão do contrato de trabalho, permitindo ao trabalhador movimentar sua conta vinculada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e requerer o seguro-desemprego de imediato".
Explicação: Altera as Leis nº 7.998, de1990; 8.036, de1990 e 11.101, 2005. RELATOR: Deputado PAULO RAMOS.
PARECER: pela aprovação
Posicionamento: A Favor do Parecer

15h - PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS | DELIBERATIVA

PL 827/2020 - Suspende pelo período de 90 (noventa) dias em razão da Pandemia do COVID-19, a execução das ordens de despejo de locações de imóveis residenciais e comerciais e dá outras providências.
Autores: André Janones (AVANTE-MG) , Natália Bonavides (PT-RN) , Professora Rosa Neide (PT-MT)
Relator: Camilo Capiberibe
Posicionamento: A favor do projeto original.

PL 5829/2019 - Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes redações.
Autor: Silas Câmara (REPUBLIC-AM)
Relator: Lafayette de Andrada
Posicionamento: A favor.

QUARTA-FEIRA (19)

9h - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Audiência Pública - Tema: "Projetos De Lei Complementar n. 10/2020, n. 11/2020 e n. 16/2021“
Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para fixar as alíquotas máximas do Imposto ICMS incidente nas operações internas com combustíveis.

PL 1648/2007 - (PLS 126/2006) - que "altera a Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia de Tempo do Serviço, e dá outras providências".
Explicação: Autoriza a movimentação da conta vinculada do FGTS depois de decorrido um ano da data de rescisão do contrato de trabalho, ocorrida por qualquer motivo.
Autor: do Senado Federal - Paulo Paim
Relator: Deputado KIM KATAGUIRI.
Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou

diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e do Substitutivo da CTASP.
Orientação: A Favor do projeto; A Favor do Parecer

PLP 5/2021 - que "altera a Lei Complementar no 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria".
Autor: Dep. Efraim Filho (DEM/PB)
Relator: Deputado DA VITORIA
Parecer: pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar no 5, de 2021, com substitutivo.
Orientação: A Favor do projeto; A Favor do Parecer

PL 462/2015 - que "acrescenta parágrafo ao artigo 23 da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990".
Explicação: Destina percentual de recursos provenientes de multas ao empregador para investimento em equipamento e modernização de setores de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.
Autor: Dep. Padre João
Relator: Deputado FELIPE RIGONI.
Parecer: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.
Orientação: A Favor do Parecer

PL 5736/2019 -(PLS 467/2018) - que "altera o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, para prever a realização de

procedimento de cobrança previamente à inscrição do débito em dívida ativa".
Autor: do Senado Federal - José Serra
Relator: Deputado EDUARDO CURY.
Parecer: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.
Orientação: A Favor do projeto; A Favor do Parecer

PLP 130/2015 – do Sr. Dagoberto - que "altera a LC n. 123/2006, que confere tratamento especial às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte". suspende a exigibilidade dos tributos que trata o art. 13, I, II, III, IV e art. 13 § 1º, I, II, III, IV, V, VI e XI, desta Lei Complementar.
RELATOR: Deputado MARLON SANTOS.
PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária;
Orientação: A Favor do projeto; A Favor do Parecer

PL 3728/2012 – do Sr. Ariosto Holanda e outros - que "dispõe sobre o apoio tecnológico a micro e pequenas empresas e dá outras providências". Explicação: Altera as Leis: no 10.973, de 2004; no 11.196, de 2005; no 11.540, de 2007 e a Lei no 11.892, de 2008.
RELATOR: Deputado FELIPE RIGONI.
PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.
Orientação: A Favor do projeto; Contrário ao Parecer

9h - COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCTI)

PL 1891/2020 – do Sr. Charlles Evangelista - que "prorroga o prazo para renovação de Certificados Digitais durante pandemia ou estado de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal".

RELATOR: Deputado RODRIGO COELHO.
PARECER: pela rejeição.
Orientação: Favorável ao Parecer

13h – COMISSÃO DES. ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)

PLP 452/2017 - Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a dedução de despesas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte com patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.
Autor: Flaviano Melo (PMDB-AC)
Relator: Helder Salomão (PT-ES)
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 3274/2015 - (PLS 483/2013) - que "altera a Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos presentes em aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto". (Apensado: PL 4334/2012)
Autor: do Senado Federal - Vanessa Grazziotin
Relator: Deputado HELDER SALOMÃO.
Parecer: pela aprovação deste, do PL 4334/2012, apensado, do Substitutivo adotado pela Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com substitutivo.
Orientação: Contra o Projeto / Contra o Parecer

PL 4644/2019 - "dispõe sobre as restrições para a obtenção de recursos junto a instituições financeiras constituídas na forma de sociedade de economia mista ou de empresa pública".
Autor: Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Relator: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
Parecer: pela rejeição.
Orientação: Contra o Projeto / Favoráveis ao Parecer

PL 1523/2015 - que "altera o art. 980-A da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que trata da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI)". (Apensados: PL 5889/2019, PL 5287/2020, PL 5288/2020 e PL 5289/2020)
Autor: Eli Corrêa Filho
Relator: Deputado GUIGA PEIXOTO.
Parecer: pela aprovação deste, do PL 5289/2020, apensado, das Emendas 1/2019 e 2/2019 da CDEICS, com Substitutivo, e pela rejeição do PL 5889/2019, do PL 5287/2020, e do PL 5288/2020, apensados, e da Emenda 1/2015 da CDEICS.
Orientação: A Favor do Parecer e do Projeto

PL 7488/2017 - que "altera a Lei no 6.538 de 1978, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para extinguir o monopólio dessas atividades". (Apensado: PL 4110/2019)
Autor: Eduardo Bolsonaro
Relator: Deputado ALEXIS FONTEYNE.
Parecer: pela aprovação deste, e do PL 4110/2019, apensado, com substitutivo.
Orientação: A Favor do Parecer e do Projeto

PL 10736/2018 - que "acrescenta o art. 110-A à Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, de modo a autorizar a atribuição de voto plural a uma única classe de ações, e dá outras providências
Autor: Carlos Bezerra
Relator: Deputado HELDER SALOMÃO.
Parecer: pela rejeição.
Orientação: Acompanhar



PL 4473/2019 - que "dispõe sobre a regulamentação e funcionamento dos escritórios compartilhados em todo território nacional".
Autor: Fabio Schiochet
Parecer: pela aprovação deste, e do PL 65/2020, apensado, com substitutivo.
Orientação: A Favor do Parecer e do Projeto

PL 4393/2020 - que "altera as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para criar benefícios para as empresas que contratem planos privados de assistência à saúde para seus empregados".
Explicação: Revoga o Decreto-lei 2.047, de 1988.
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
Autor: Osires Damaso
Relator: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.
Parecer: pela rejeição.
Orientação: A Favor do Projeto; Contra o Parecer

PL 4944/2020 - da Sra. Luisa Canziani - que "altera a Lei do Bem – Lei no 11.196, de 2005, para permitir que o excedente do percentual dos dispêndios com pesquisa tecnológica excluído do lucro líquido das empresas possa ser aproveitado em exercícios subsequentes, e dá outras providências".
RELATOR: Deputado GENINHO ZULIANI.
PARECER: pela aprovação, com Substitutivo
Orientação: A Favor do Parecer e do Projeto

9h - COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DES. RURAL (CAPADR)

REQ 47/2021 - Do dep. Jerônimo Goergen (PP/RS), que solicita seminário para discussão do tema: “O novo modelo de crédito para o agronegócio do Brasil a partir das mudanças das leis e da ampliação do mercado privado, e os impactos do endividamento no agronegócio”.



QUINTA-FEIRA (20)

9h30 – COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)

PL 4316/2019 – do Senado Federal - Rodrigo Cunha - que "altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir, entre as sanções administrativas, a obrigação de dar, fazer ou não fazer".
RELATOR: Deputado PEDRO VILELA.
PARECER: pela aprovação.
Posicionamento: Contra o Parecer e o Projeto

PL 4316/2019 - do Senado Federal - Rodrigo Cunha - que "altera a Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir, entre as sanções administrativas, a obrigação de dar, fazer ou não fazer".
RELATOR: Deputado PEDRO VILELA.
PARECER: pela aprovação.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

PL 1510/2015 - do Sr. Uldurico Junior - que "proíbe o repasse ao consumidor de qualquer valor a título de corretagem".
Relator: Deputado Pedro Augusto Bezerra
Parecer: pela aprovação do PL 1510/2015, dos PLs nos 1583/2015, 3475/2015, 5812/2016 e 8210/2017,
apensados, nos termos do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.
Orientação: Favorável ao parecer do relator com substitutivo; Contrário ao projeto

PL 533/2019 - do Sr. Júlio Delgado - que "acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3o ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil". Explicação: Altera a Lei no 13.105 de 2015.

RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.
PARECER: Parecer do relator, Dep Vinicius Carvalho, pela aprovação do PL no 533/2019, e da emenda no 1/2019, apresentada ao Substitutivo, com Substitutivo.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

PL 738/2020 - do Sr. Gil Cutrim - que "acrescenta dispositivo aos arts. 56 e 76 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor) para alterar a sanção aplicada às infrações das normas de defesa do consumidor e incluir os casos de epidemia, pandemia e calamidade pública".
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.
PARECER: pela aprovação do PL 738, de 2020, com substitutivo.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

PL 1231/2020 - do Sr. Alexandre Frota - que "impede a cobrança de multa por quebra de fidelidade contratual junto às prestadoras de serviço de telefonia fixa, móvel e TV, enquanto durar qualquer pandemia declarada pela
Organização Mundial da Saude - OMS".
RELATORA: Deputada JOICE HASSELMANN.
PARECER: pela aprovação do PL 1231;2020, com substitutivo.
Orientação: Contrário ao parecer do relator; Contrário ao projeto

PAUTA DO SENADO FEDERAL

Serão realizadas sessões de 3ª a 5ª feira (18 a 20/05)

TERÇA-FEIRA (18)



16h30 - PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

MP 1016/2020 - renegociação de dívidas nos fundos constitucionais.
Relator: Irajá (PSD/TO).
Orientação: Acompanhar.

PL 1473/2021 - videoconferência em audiência de custódia.
Relatora: Simone Tebet (MDB/MS).
Orientação: Acompanhar.

PL 3814/2020 - plataforma digital única de saúde pública e privada)
Relator: Eduardo Gomes (MDB/TO).
Posição: Favorável, com apoio a emenda que garante a segurança através do uso da assinatura qualificada no art. 6°A, §4º, II.

QUINTA-FEIRA (20)

PL 5228/2019 - (Nova Lei do Primeiro Emprego) relator: Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB).
Orientação: Acompanhar.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 17/05 A 21/05





AGENDA LEGISLATIVA

AMAPÁ - Veto Total ao PL 64/2020 - Governo publica veto total a projeto que proibia a inclusão de negativados em cadastros.
Situação: Aguarda designação de relatoria na CCJ a MSG 013/2021, que opõe, que dispõe sobre a proibição da inclusão do nome de consumidores nos cadastros e serviços de proteção ao crédito, no período de calamidade pública.

AMAPÁ - PL 37/2021 - Suspensão do protesto / covid-19), que dispõe sobre a suspensão, por 90 dias, de realização de novos pedidos de protesto cartorários dos débitos inscritos em dívida ativa, tributária ou não, no âmbito do Estado do Amapá.
Situação: Encaminhado ao Executivo.
Próximos Passos: Aguarda sanção ou veto do Executivo. O prazo para sanção é até o dia 04/06 e para veto, 06/06.

BAHIA - PL 21.816/2016 (Carta com ar), que regulamenta a inclusão de dados do consumidor em cadastros de proteção ao crédito. Autora: Neusa Cadore (PT).
Situação: Designado relator na CCJ, o Relator: Vitor Bonfim (PL).
Próximos Passos: Aguarda elaboração de voto do relator.

CEARÁ - PL 142/2021 – (Superendividamento), que dispõe sobre medidas de proteção ao consumidor contra o superendividamento. Autor: Nelinho (PSDB)
Situação: Designado relator na CCJ, o Relator: Osmar Baquit (PSDB).
Próximos Passos: Aguarda elaboração de voto do relator.

SÃO PAULO (Estado) – PL 241/2021 (Suspende negativação / covid-19), que proíbe a inclusão do nome de consumidores nos cadastros e serviços de proteção ao

AGENDA LEGISLATIVA

crédito, no período de calamidade pública em face da pandemia de Covid-19.Autor: Márcia Lia (PT).
Situação: Designada relatora na CCJ, relatora: Marta Costa (PSD).
Próximos passos: Aguarda elaboração do voto da relatora.

ESPÍRITO SANTO - Veto Total, ao PL 54/2021 (Consumidor - cobrança de dívida) - Estabelece critérios no Estado do Espírito Santo para a cobrança de dívidas dos consumidores, na forma que especifica. Autor: Luiz Durão (PDT).
Situação: Pautado em discussão única, como item 5, o Próximos Passos: Aguarda o voto da CCJ e deliberação em plenário.

ESPÍRITO SANTO - PL 235/2020 - (Suspensão da negativação/covid-19), que Dispõe sobre a suspensão de cobrança de juros, correção monetária nos contratos de financiamento e veda a negativação nos órgãos de proteção ao crédito nas relações de consumo no âmbito estadual durante o Estado de Calamidade provocado pelo COVID-19.Autor: Torino Marques (PSL)
Situação: Devolvido à Comissão CCJ para correção, o Relator: Marcos Garcia (PV). O projeto foi devolvido à CCJ, para que o relator considere em seu voto os PLs 246/2020 (não monitorado), 252/2020 (Suspensão da cobrança), 348/2020 (Suspensão da negativação / covid-19) e 458/2020 (não monitorado), que deveriam estar apensados ao PL 235/2020, mas não constavam nos autos do processo.

MATO GROSSO - PL 152/2020 (Sac - Chamada de vídeo para surdos) - Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de centrais de atendimento telefônico “call

AGENDA LEGISLATIVA

centers", serviço de atendimento ao cliente "SAC" e congêneres aderirem método de atendimento de chamada de vídeo para pessoas surdas, no âmbito do Estado de Mato Grosso.Autor: Thiago Silva (MDB)
Situação: A matéria deverá ser encaminhada às Comissões para análises das emendas apresentadas. Emenda modificativa n° 1: Proporciona ao atendimento telefônico "call centers" e "SAC" o uso das chamadas de vídeo e de outros métodos que resguardem a acessibilidade.

NOVA PROPOSTA LEGISLATIVA

PARANÁ - PL 212/2021 - Altera a Lei Estadual nº 20.187, de 22 de abril de 2020, que dispõe sobre diretrizes e medidas de saúde para o enfrentamento e intervenção imediata em situação de emergência em caso de endemias, epidemias e pandemias, inclusive do Coronavírus - COVID-19, no Estado do Paraná, e dá outras providências. Autor: Mabel Canto (PSC)
O projeto estabelece que as concessionárias de energia elétrica, de gás, de agua e de esgoto **deverão se abster de protestar extrajudicialmente e de inscrever os usuários inadimplentes em órgão de proteção ao crédito**, enquanto perdurar a pandemia. Caso o protesto ou inscrição referente a débito ocorra depois da entrada em vigor da Lei, o usuário terá direito ao cancelamento da medida.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

